

“Efeito duvidoso no combate à inflação”

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

“O pacote fiscal é de duvidoso efeito como combate à inflação e muito eficaz como instrumento de estatização da poupança.” Este foi o diagnóstico do senador Roberto Campos (PDS-MT), a respeito do pacote econômico-financeiro do governo, segundo “Notas escritas sem conhecimento do texto oficial do pacote fiscal às 12 horas de ontem” e distribuídas à imprensa pelo gabinete da liderança da oposição.

De início, o ministro do Planejamento do governo Castello Branco aponta dois “inconvenientes” do pacote fiscal. O primeiro, o desrespeito ao Congresso, pois um pacote de extrema complexidade e graves repercussões financeiras é enviado ao findar da sessão legislativa. O segundo, traição aos municípios, pois estes conseguiram, a duras penas, a minirreforma fiscal, que eleva de 16 para 17% sua parcela no Fundo de Participação de Estados e Municípios. Ao converter em IOF o Imposto de Renda devido nas taxas das financeiras, anulam-se 4/5 dos efeitos da minirreforma, pois os municípios não participam deste último imposto.

Segundo ainda Campos “a criação do IOF contradiz o propósito governamental de baixar juros. Na realidade, terá dois efeitos: agravará a tributação real, pois o IOF não é restituível, haverá incentivo à desintermediação; subirá a taxa de juros, pela margem adicional de tributação, e aumentará o interesse dos ativos não tributáveis — ouro, dólar, estoques de mercadorias”.

No seu diagnóstico, “os objetivos aparentes do pacote são melhorar a distribuição de renda e financiar o déficit fiscal. A forma mais eficaz de distribuir renda é valorizar o salário real, descontada a inflação. Ora, sendo a inflação decorrente principalmente do déficit público (que força a expansão monetária), a correção da inflação exigiria o corte e não o mero financiamento do



déficit público. Impostos, venda de títulos e emissão monetária apenas financiam o déficit às custas do setor privado”.

DÉFICIT

Prosseguem as notas de Roberto Campos:

“Há que indagar, em primeiro lugar, que déficit? Será o déficit confessado de Cr\$ 211 trilhões ou o déficit oculto (avals do Tesouro, déficits das estatais) que pode chegar a 300 ou 350 trilhões? Tudo indica que esse esforço fiscal não se destina à cobertura do déficit inserido no orçamento e sim, a impedir que ele se agrave mais”.

Campos se refere ainda “à oportunidade de privatização”. “Acena-se com a privatização, mas o pacote não desvenda em programa concreto, visando a dois efeitos: carrear recursos para o Tesouro e diminuir déficits futuros. A privatização até agora feita (venda de ações pela Petrobrás) é inútil pois não privatiza nada, já que as ações são preferenciais, assim sugam-se recursos do setor privado sem nenhuma transferência de gestão.”

Para ele “o pacote fiscal poderia ser modificado para casar dois objetivos: levantar receitas e privatizar empresas. Isso se faria pelo mecanismo de opção fiscal. Os contribuintes de alta renda ou as pessoas jurídicas poderiam quitar o imposto adicional, isto é, o resultante do pacote, em certificados de compra de ações de empresas públicas.

Conclui o senador Roberto Campos: “O governo procura embelezar cosmeticamente o pacote, alegando o alívio da tributação sobre as classes de renda baixa e alegando a destinação social do pacote de investimentos. Ora, o alívio é ilusório, até certo ponto, pois a tributação sobre as pessoas jurídicas é transferível, via aumento de preços, aos consumidores. Além disso, o impacto do pacote é recessivo, pois pune precisamente os poupadores que, temporariamente, desencorajados de investir por causa da inflação e da incerteza política, mantinham seus recursos sob forma financeira, à espera do momento de investir. Os especuladores são, na realidade, investidores potenciais e só aplicam no mercado financeiro porque o próprio governo o torna atraente, ao elevar os juros pela venda de títulos”.